

O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 2008: UMA QUESTÃO DE MATURIDADE LINGUÍSTICA

Fernanda Quaranta Lobão Bairral¹
Akistenia Elza Santos Ferreira²
Norma Lice Menezes dos Santos³

GT7 - Educação, Linguagens e Artes

RESUMO

A tentativa de unificar o idioma português em países lusófonos implicou acordos ortográficos, cujas normas referem-se a aspectos lexicais. A reforma ortográfica de 2008 propõe abreviar as diferenças das grafias entre alguns países usuários do idioma português. Nesse sentido, o presente estudo se justifica pela necessidade de fortalecimento da lusofonia, resguardando as particularidades de cada nação e tem como objetivo refletir sobre a defesa da unicidade da nossa língua, considerando que a Língua Portuguesa falada no Brasil ainda não atingiu, do ponto de vista sincrônico, a autonomia necessária para ser considerada um idioma destacado do Português lusitano. Para tanto, a metodologia utilizada consiste numa pesquisa bibliográfica, que evidenciou que a necessidade de fortalecer a lusofonia, finalmente, superou as diferenças e fez surgir uma maturidade linguística, elevando a Língua Portuguesa a um lugar de prestígio internacional.

Palavras-chave: Reforma Ortográfica. Língua Portuguesa. Lusofonia.

ABSTRACT

The attempt of unifying the Portuguese language in Portuguese speaking countries implied in orthographic agreements whose norms refer to lexical aspects. The orthographic reform of 2008 proposes to abbreviate the written differences among some of the countries, which use Portuguese as their speaking language. In this perspective, the present study justifies itself on the need of making the Portuguese language stronger, protecting the peculiarities of each nation, which uses the Portuguese language for communication. In addition, this piece of work aims at reflecting on the defense of our language unification, considering that the variation spoken in Brazil hasn't reached enough autonomy to be considered a language detached from the Lusitan Portuguese, regarding the synchronic aspect. For this purpose, the methodology used consists in a bibliographic research which evidenced that the need to make the Portuguese language stronger, finally, surpassed the differences and made language maturity possible, elevating the Portuguese Language to worldwide prestige.

Key-words: Orthographic reform. Portuguese Language. Language unification.

¹ (Universidade Tiradentes, Pós-graduanda em Educação em Gênero e Direitos Humanos, fernanda_quaranta@hotmail.com), professora da rede estadual de ensino.

² (Universidade Tiradentes, Mestre em Educação, akistenia@hotmail.com), professora da rede estadual de ensino.

³ (Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Língua Espanhola, normalice.menezes@gmail.com), professora da rede estadual de ensino.



INTRODUÇÃO

Atualmente falado em nove países, um dos cinco mais difundidos no mundo, o Português viabiliza a conexão entre povos distintos ao redor do mundo.

Considerando o idioma como um dos elementos de identidade cultural mais importantes, o presente trabalho se justifica pela necessidade de fortalecimento da lusofonia, resguardando as particularidades de cada nação.

A metodologia utilizada consiste numa pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa embasada nas contribuições de BECHARA (2008) para a Ciência Linguística, uma vez que autor discorre sobre a conservação das particularidades individuais da fala e escrita de cada país, embora tais diferenças não comprometam a força da lusofonia no cenário mundial.

Em que pese as variações diacrônicas que acarretam as alterações vocabulares, inclusive em seu sistema gráfico - resultado do dinamismo, próprio de toda e qualquer língua, o objetivo da pesquisa incide sobre a defesa da unicidade da nossa língua, considerando que a Língua Portuguesa falada no Brasil ainda não atingiu, do ponto de vista sincrônico, a autonomia necessária em nenhum aspecto para ser considerada um idioma destacado do Português lusitano.

O acordo ortográfico, assinado em 2008, foi resultado de uma longa caminhada em busca da unificação do idioma em países lusófonos. Aqui no Brasil, essas atuais modificações já vêm sendo pensadas desde 1986 quando se reuniram, na Academia Brasileira de Letras, “representantes das sete instituições que têm a língua portuguesa como veículo oficial de expressão, e mais os representantes governamentais (...)” (BECHARA, 2008, p. 17). O acordo foi assinado em Lisboa⁴, no ano de 1990, pelo então ministro da educação Carlos Alberto Gomes Chiarelli, apenas vigorando a partir de 2008.

Ao contrário do que se imagina, essa proposta não visa à perda das características linguísticas de cada nação lusófona, como também não representa nenhum modismo por parte de governantes de qualquer país envolvido. Resultado de investigações acadêmicas, a reforma em questão se faz necessária, pois reduz inconvenientes entre os países lusófonos, como no caso da elaboração de textos oficiais. Isso não significa que a linguagem, evidentemente de cunho social,

⁴ Em 16 de dezembro de 1990, o Acordo ortográfico fora assinado pelos representantes dos países de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil e Portugal. (Cf. BECHARA, 2008).



esteja subjugada a questões políticas: apenas o seu sistema convencional, ou seja, o código ortográfico dos países lusófonos precisa estar em conformidade entre si. A tentativa de unificar o idioma português em países lusófonos implicou e implica acordos ortográficos, cujas normas referem-se a aspectos lexicais, como o próprio tema sugere.

A reforma ortográfica de 2008 propõe abreviar as diferenças das grafias entre alguns países usuários do idioma português. Muitas são as diferenças e semelhanças entre o português europeu e o português do Brasil, embora *tais diferenças não deem total autonomia à nossa língua*⁵. Mudanças na oralidade ou particularidades na maneira de falar podem acontecer, entretanto resumir a língua apenas a aspectos lexicais é ignorar a vastidão de significados que o idioma tem para uma sociedade. A língua oficial do Brasil é o português, conforme consta na Constituição da República Federativa do Brasil (em seu art. 13). Não se pode falar, ainda, numa língua brasileira destacada da língua portuguesa, não obstante alguns elementos fonéticos, morfológicos e sintáticos que compõem ambas são próprios de cada nação⁶.

O que se lê em Portugal é compreendido aqui no Brasil, e vice-versa, embora haja certo desentendimento entre a fala de ambos os países. Dessa forma, pode-se dizer que existem evidências de que a língua falada no Brasil, num futuro não tão breve, destacar-se-á da língua portuguesa, assim como ocorreu com as línguas românicas em relação ao latim, sua língua de origem. A linguística comparativa e histórica do século XIX, segundo a teoria do modelo de árvore genealógica de A. Schleicher, a Stammbaumtheorie, explica:

As línguas não se separam num determinado ponto do tempo tão nitidamente como os ramos de uma árvore: o processo de separação começa pelas diferenças subdialetais e continua com a ampliação das divergências entre os dialetos até atingir uma fase em que a presunção de existência de duas ou mais línguas distintas é comprovada. Esse processo é longo e gradativo, e o ponto em que se atinge determinado estágio só pode ser definido de maneira arbitrária. (ROBINS, 1983, p. 145).

A língua é um objeto histórico de caráter evolutivo, portanto o fenômeno da diferenciação entre as línguas não pode ser compreendido num plano sincrônico, e sim sob um ponto de vista “macrolinguístico”. Tendo como base os estudos realizados por linguistas e

⁵Em concordância com a opinião de Bechara: A unidade de grafia é mais uma prova que exemplifica a consciência da unidade lusófona. (BECHARA, 2008, p. 27).

⁶Alguns especialistas acreditam que essas diferenças são insuficientes para garantir a autonomia do português americano com relação ao europeu, embora haja alguns manifestos em defesa de uma língua “brasileira”, por parte dos nacionalistas.



filólogos do século passado, como Ferdinand Saussure e Eugênio Coseriu, compreende-se que a perspectiva essencialmente diacrônica não seria bastante, ao passo que a visão unicamente sincrônica também não seria suficiente para explicar determinados fenômenos linguísticos. Por isso, faz-se necessário um distanciamento razoável na dimensão histórica – entre o micro e o macro – para que tais fenômenos possam ser analisados. Assim, percebe-se a necessidade de considerar tanto a diacronia quanto a sincronia na descrição dos fenômenos linguísticos. Referindo-se à vertente descritiva de Evanildo Bechara, Valle expressa:

Não é do gramático que desejo falar. É do estudioso da língua que aprendeu com o seu sábio mestre Said Ali a estudá-la historicamente, e não perde o seu percurso histórico, certo de que a visão diacrônica pode explicar certos fatos que no plano sincrônico se apresentam como anomalias, exceções, irregularidades, etc.(VALLE, 2008, p. 171).

O idioma de uma nação é o fator mais arraigado aos seus cidadãos. A modificação de elementos linguísticos é assimilada com o decurso do tempo, de maneira natural. Acolher de prontidão uma mudança de costumes cotidianos é seguir na contramão do processo linguístico-cultural. Tal procedimento, lento por sua natureza, é um reflexo da identidade nacional, afinal, está-se falando de algo que leva séculos para se firmar ou até desaparecer por inteiro: a língua. Estabelecer um sistema gráfico único não ameaça a nossa identidade linguística, apenas estabelece uma relação mais simplificada e conveniente entre países que ainda utilizam como instrumento de comunicação basicamente um mesmo idioma, constituindo um prestígio internacional à língua portuguesa.

O QUE É ORTOGRAFIA?

O conceito de ortografia surgiu na Grécia antiga (ortho = correto / graphia = escrita), quando se buscava determinar uma maneira precisa de se utilizar a palavra. O próprio tempo se encarregou de destituir o seu sentido, pois quantas fossem as pessoas que utilizassem a *palavra*, diversas eram as formas de expressá-las. Para Bechara, a ortografia é

um conjunto de normas convencionais pelas quais se representam na escrita os sons da fala. Para tal fim também se utilizam acentos gráficos e outros sinais diacríticos que permitem a boa pronúncia das palavras escritas. (BECHARA, 2008, p. 13).



Após várias tentativas de se estabelecer formas rígidas de escrita, percebeu-se que seus desdobramentos eram frequentes, fazendo com que surgissem novas formas de escrever. Ainda assim, os gramáticos buscavam uma forma padrão de escrita para os vocábulos. Enquanto isso, a própria sociedade, usuária recorrente da linguagem, encarregava-se, despropositadamente, de transgredir normas de grafia preestabelecidas.

Posto isso, verifica-se que ortografia seria, em verdade, a forma correta de utilizar a palavra, em determinada época com seu respectivo fundamento teórico. Por ser o tempo o próprio mecanismo de inovação, há impossibilidade de se impor uma forma engessada de escrever e, por isso, um aspecto de temporalidade da ortografia é observado. Daí se extrai a ideia de que, assim como a língua, o seu sistema de uniformização também se sujeita ao dinamismo. Não seria demais observar que se concebe, atualmente, que a linguagem posiciona-se como fim, ao qual a ortografia serve meramente como um instrumento.

BREVE HISTÓRICO ORTOGRÁFICO DO PORTUGUÊS EUROPEU

Até se chegar às discussões do século XX, a respeito da questão ortográfica nos países lusófonos, os portugueses já percebiam a necessidade de uniformização gráfica, em território europeu, devido, entre outros fatores, ao avanço na escolarização e à difusão dos meios de comunicação em massa. Visto que a língua acontece, inicialmente, no plano da fala, os primeiros registros da língua portuguesa, no século XII, não apresentavam um modelo fixo de escrita. Esse primeiro momento da história do português escrito foi marcado pela ausência de estudo científico e suporte teórico, o que fez prevalecer, então, a ortografia fonética até, aproximadamente, o século XVI.

O segundo momento da história da ortografia portuguesa ficou conhecido como pseudoetimológico, o qual privilegiava o caráter histórico da língua, na medida em que considerava a relação entre a língua portuguesa e a sua língua de origem, o latim, bem como o grau de parentesco das línguas românicas. Isso não significa dizer que todos os gramáticos da época em questão compartilhavam da mesma ideia.

No século XIX, com o processo de independência brasileira, observa-se que, embora a língua portuguesa europeia houvesse sido trazida para o território brasileiro, ela apresentava particularidades, características bem próprias, nunca antes vista em qualquer nação lusófona. As



questões referentes à sistematização da língua portuguesa, portanto, não mereciam estar apenas submetidas aos critérios lusitanos. Acredita-se que, em geral, os ortógrafos, àquela altura, não estavam suficientemente instrumentalizados para realizar tais estudos. O que predominou, nesse período, foram as posições radicais e sem justificativas plausíveis, que se estenderam até o início do século XX, quando Gonçalves Viana, dando início à terceira fase da história ortográfica, propôs, em sua obra, *Ortografia Nacional*, um sistema ortográfico simplificado, baseado em estudos científicos e cujo objetivo principal era eliminar os exageros fonéticos e etimológicos.

A obra de Ancieto Reis Gonçalves Viana *Ortografia Nacional: Simplificação e Uniformização Sistemática das Ortografias Portuguesas*, publicada em 1904, representa um marco na história da ortografia portuguesa, visto que se trata de uma proposta baseada em minucioso estudo fonético e etimológico, diferente de alguns dos tratados anteriores, em que se determinava, sem justificativa científica ou verdadeiro estudo histórico, o uso de um grafema e não de outro. Por isso, justifica-se o fato de todos os estudos posteriores, referentes à questão ortográfica, serem baseados em suas ideias. (AGUIAR, 2005, p.92)

A língua é um elemento cultural que se enriquece de maneiras diversas quando estabelecidas em diferentes lugares. São os costumes e tradições de um povo que dão a ela um contorno genuíno, independentemente, do ponto em que o idioma tenha surgido. Quanto mais lugares ela corre, mais se modifica, recriando-se e adaptando-se a uma nova realidade.

BREVE HISTÓRICO DAS REFORMAS NO BRASIL

O começo do século XX foi o palco das primeiras tentativas de se uniformizar o sistema ortográfico brasileiro. A Academia Brasileira de Letras, responsável por esse processo, nem sempre conseguiu alcançar seus objetivos no que concerne à concretização de suas propostas de distanciamento e autonomia em relação à convenção ortográfica de Portugal. É certo que muitos estudiosos dessa época não dispunham de cientificidade, tampouco de reforços teóricos suficientes para obter a repercussão desejada.

O eventual fracasso do acordo de 1931 se deve, não por última, sobretudo à incapacidade das academias de tratarem desta matéria naquela altura. Os acadêmicos não estavam preparados, e na realidade, não havia verdadeiros especialistas que se tivessem dedicado ao problema não só com zelo, mas também com os conhecimentos necessários na área da lingüística. (KEMMLER, 2009, p. 66 e 67).



Basicamente, os critérios que regiam os estudos referentes à ortografia das palavras eram as questões etimológica e fonológica. Aquela era pouco respaldada, já esta era completamente inviável visto que se baseava na fala a qual se faz livre e pessoal.

A história dos acordos ortográficos entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras desenhou um panorama confuso e obscuro para as sociedades portuguesa e brasileira. Ora Portugal, ora o Brasil apresentavam resistência às sugestões vindas do outro país, o que dificultava e, muitas vezes, impossibilitava a realização dos acordos.

Mesmo que as pessoas ligadas diretamente ao acordo quisessem chegar de boa fé a uma unificação ortográfica, havia sempre, em cada um dos dois países quem quisesse evitar que, em matéria ortográfica, o outro ganhasse uma vantagem. Dado que a base do acordo era uma ortografia portuguesa e sendo as modificações com maior relevo de origem brasileira, não estranha que os nacionalistas portugueses como os brasileiros não tivessem visto com bons olhos a imposição por via oficial de ideias ortográficas oriundas de outro país. (KEMMLER, 2009, p.66).

Esse fato estava diretamente vinculado às questões nacionalistas próprias do romantismo brasileiro, que se estenderam até o modernismo e aos egoísmos linguísticos de ambas as nações, motivos pelos quais o acordo de 1931 – cuja principal proposta era eliminar as consoantes duplas, com exceção dos dígrafos RR e SS – malogrou.

No ano de 1943, a convenção luso-brasileira fez algumas pequenas alterações no acordo de 31, expostas no Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, dentre as quais destacam-se: a extinção de consoantes mudas (em vocábulos como auctor e alumno) e a substituição das letras k, y e w por respectivamente qu (antes de E e I) ou c (antes das demais vogais), i e v. Essas letras permaneceram apenas em nomes estrangeiros e seus derivados ou em símbolos científicos. Em 1945, ocorreu uma tentativa de “reforma” que não foi bem acertada no Brasil devido a algumas divergências de interpretação das regras; esse novo acordo passou a vigorar apenas em Portugal e, no Brasil, permaneceram as regras de 43.

O governo brasileiro resolveu decretar, em 1971, algumas modificações no acordo anterior, que acabaram suavizando as divergências entre esses dois países. Essa foi a última reforma efetivamente implementada do Brasil antes de 2008. Entre outras alterações, mereceram destaque:

A supressão do acento circunflexo nas vogais tônicas fechadas em palavras homógrafas paroxítonas para diferenciá-las das abertas, a eliminação de acentos circunflexos e graves que marcavam a sílaba subtônica nos vocábulos derivados com o sufixo – mente ou iniciados com “z” em palavras como: ultimamente e bebêzinho. (www.scribd.com/doc/13240978/Guia-do-Acordo-Ortografico).



A MATURIDADE LINGUÍSTICA

Traçando um paralelo entre o desenvolver nacional e o desenvolver humano, percebemos que, em princípio, o Brasil e Portugal portavam-se como dois infantes fraternos em pleno conflito de egos culturais – este último exercendo papel de irmão mais velho. Enquanto não findasse a disputa acima referida no âmbito acadêmico, seria inviável buscar um concílio entre essas duas nações no que se refere ao sistema convencional ortográfico. A respeito disso, Kemmler afirma:

Tratava-se de um fim difícil de atingir, pois enquanto em Portugal às vezes se verificava pouca vontade de aceitar sugestões vindas do lado brasileiro, no Brasil, as ortografias acadêmicas e oficiais sofreram graves incisões devido a maiorias acidentais ou causas afins. Assim, devido às razões mais variadas, as negociações de uma colaboração em matéria ortográfica só num caso tiveram bom termo. Foi este o caso da pequena reforma de 1971 que, lembre-se, foi feita devido à prévia intervenção de vários linguistas e especialistas na matéria. (KEMMLER, 2009, p. 85).

Como era de se esperar, no decorrer do século, ambos os países, em conjunto com os demais países lusófonos independentes, atingiram uma maturidade cultural (e linguística). “Somem-se a essa demonstração de maturidade linguística e política as vantagens advindas da difusão e ilustração desse idioma no mundo (...)” (BECHARA, 2008, p. 27) O conflito de egos, antes existente, deu lugar à intenção de conciliar e, assim, submeter tais países a uma diminuição de suas soberanias lexicais em favor de um sistema unificado. Em que pese a mais recente proposta de unificação ortográfica, foram ressaltados aspectos particulares de cada nação, ponderando a preferência pela utilização de alguns sinais diacríticos (como a alternância entre os acentos agudo e circunflexo antes do fonema nasal em palavras como António e Antônio), tal qual a prosódia de consoantes pronunciadas, ou não, em cada nação.

Como bem frisou Bechara, já que acordos internacionais tiveram como objeto diversas questões político-econômicas, não seria abusivo estender as fronteiras culturais e elevar ao patamar internacional a questão ortográfica.

Se acordos internacionais passaram a permitir que os milhares e milhares de pessoas incluídas na medida pudessem transitar sem incômodos da polícia alfandegária e das constantes trocas de moedas, por que um reduzidíssimo número de nossas palavras também não pode transitar vestido uniformemente por todos os domínios geopolíticos da língua portuguesa? (BECHARA, 2008, p. 27).



A consciência nacional é de suma importância para o fortalecimento do idioma no cenário mundial. Para tal, é necessário que as nações envolvidas assumam o papel de sujeitos ativos na tentativa de se alcançar um entendimento que aproxime as grafias, visto que, mesmo com tantas peculiaridades existentes em cada núcleo lusófono, ainda rege um princípio de unicidade idiomática, fazendo com que a língua portuguesa atinja uma das dez primeiras posições dos idiomas mais falados no mundo.

Cada nação hoje traz consigo a sua própria identidade linguística. As propostas da reforma de 2008 não ameaçam as suas particularidades, partindo do pressuposto de que o referido acordo ortográfico concentrou-se, em sua maior parte, na questão da acentuação gráfica, aparando arestas existentes na compreensão lexical entre os outros países lusófonos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distância que um idioma alcança está diretamente relacionada à variação que ela sofre, portanto é natural que seu código de uniformização seja submetido a alterações sazonalmente. No entanto, a ortografia corresponde a um sistema gráfico de unificação o qual está submetido a um determinado momento histórico. Em outras palavras, significa dizer que do ponto de vista sincrônico, a ortografia rege a escrita, sendo ela indiscutível e engessada, contudo ao longo do tempo, precisa atender às demandas da Língua.

O conflito inicialmente causado pela ausência de aporte teórico dificultou a unicidade gráfica da Língua no Brasil, cuja lógica oscilava entre o caráter fonético e o caráter etimológico. De outro modo, a independência do Brasil fortaleceu o sentimento nacionalista, o que acarretou um ufanismo linguístico e o sentimento de autonomia da “língua brasileira” difundido entre alguns estudiosos da época.

A necessidade de fortalecer a lusofonia, finalmente, superou as diferenças e fez surgir uma maturidade linguística, elevando a Língua Portuguesa a um lugar de prestígio internacional.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, Monalisa dos Reis. *A ortografia da língua portuguesa na segunda metade do século XIX e no início do século XX: dos projetos de reforma ao acordo ortográfico de 1931*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2005.

BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
_____. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COSERIU, Eugênio. *Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

KEMMLER, Rolf. Para a história da ortografia simplificada. In.: SILVA, Maurício (org). *ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009.

ROBINS. R. H. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SAUSSURE, Ferdinand. *Escritos de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2012.

VALLE, Rosalvo do. História da língua e romanística na bibliografia de Evanildo Bechara. In.: CAVALIERE, Ricardo (org.). *Entrelaços entre textos: miscelânea em homenagem a Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VIANA, Ancieto Reis Gonçalves. *Ortografia Nacional: Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Forgotten Books, 1904

http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_13_.asp